

IMPACTOS DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO DEBATE PÚBLICO BRASILEIRO: ANÁLISE DA VOTAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO

Gabriel Mattos Ornelas¹

Laís Godoi Lopes²

Resumo

O discurso da "ideologia de gênero" tem se configurado como uma questão central no cenário político brasileiro, agregando-se às forças católicas e evangélicas, os ultraliberais conservadores, entre outros atores sociais. Este artigo tem objetivo de descrever, sistematizar e interpretar as ideologias e as demandas dos grupos de interesse sobre o Plano Estadual de Educação (PEE) de Pernambuco e a Emenda Modificativa (EM) nº 4/2015, buscando identificar os atores sociais envolvidos no processo de votação na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Alepe). Conclui-se que o termo e o discurso da “ideologia de gênero” se configuraram como uma estratégia discursiva para retomar e manter as ordens “cis-heteropatriarcal”, branca, racista, capitalista, colonial e autoritária que marcam a formação social e a política brasileira. O vínculo entre o neoliberalismo e o conservadorismo apresenta-se como um tipo de “contrato/aliança”, concebida para assegurar a dominação e o controle. Além disso, o artigo conclama pela reflexão crítica sobre a atuação de alguns setores da bancada evangélica. Tais práticas, caracterizadas como antidemocráticas, clientelistas e patrimonialistas, buscam inserir valores morais e religiosos no Poder Legislativo, em contraposição aos interesses públicos e à efetivação de direitos humanos.

Palavras-chave: Gênero. Direitos humanos. Plano de educação. Poder Legislativo. Bancada evangélica.

Abstract

The discourse of "gender ideology" has become a central tenet in the Brazilian political landscape, uniting Catholic and evangelical forces, conservative ultraliberals, and other social actors. This article seeks to describe, systematize, and interpret the ideologies and demands of

¹ Doutorando em Educação, Mestre em Ciência Política e Graduado em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). ORCID: 0000-0002-6881-1278. *E-mail:* gabriellornelas@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5972709152749623>.

² Docente do ensino superior na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Doutora, Mestra e Bacharela em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). ORCID: 0009-0008-0725-0084. *E-mail:* laisglopes@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3972841515308873>.

interest groups concerning Pernambuco's State Education Plan (PEE) and Amendment (EM) nº 4/2015. It also aims to identify the social actors involved in the voting process in the Legislative Assembly of the State of Pernambuco. We concluded that the term and discourse of "gender ideology" function as a discursive strategy to reassert and perpetuate the "cis-heteropatriarchal", white, racist, capitalist, colonial, and authoritarian order that underpins Brazilian social and political formation. The link between neoliberalism and conservatism appears as a form of "contract/alliance" designed to secure domination and control. Furthermore, the article calls for critical reflection on the practices of certain sectors within the evangelical parliamentary front. These practices, characterized as anti-democratic, clientelist, and patrimonialist, aim to insert moral and religious values into the Legislature, often at the expense of public interests and the realization of human rights.

Keywords: Gender. Human rights. Educational plan. Legislature. Evangelical parliamentary front.

1 INTRODUÇÃO

A ampliação da agenda neoliberal e conservadora tem gerado diversos processos e dinâmicas de “desdemocratização”, que apresentam como características transnacionais as disputas sobre gênero e sexualidade. Diversas pesquisas têm compreendido as mobilizações antigênero como um efeito combinado do neoliberalismo e do ultraconservadorismo religioso.

Segundo Brown (2006), ao analisar o contexto estadunidense, as raízes da lógica “desdemocratizante” estão diretamente relacionadas com a agenda neoliberal e a “repolitização” conservadora do campo religioso. De acordo com Cooper (2017), a combinação e a sobreposição entre neoliberalismo e conservadorismo reforçam a divisão sexual do trabalho e os papéis de gênero do padrão religioso conservador, atuando na "restauração da família" e reduzindo as políticas de proteção social.

As mobilizações “antigênero” e os processos de “desdemocratização” na América Latina são conformados em um contexto que tem como legado a imbricação colonial entre o religioso e as estruturas de poder e um histórico de autoritarismo institucional, além de grandes desigualdades de gênero, raça e classe e diversos conflitos por terra e bens naturais (Corrêa; Parker, 2020).

No Brasil, a cruzada contra a diversidade tem investido fortemente sobre as políticas públicas educacionais e culturais. O avanço conservador sobre o debate público se revela articulado e sonoro, desdobrando-se em pautas como: a denúncia da "ideologia de gênero"; o movimento "escola sem partido", criado em 2003; a defesa parlamentar do *homeschooling*; e as reivindicações por censura às manifestações artísticas, como a exposição "Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira".

O discurso da "ideologia de gênero" tem se configurado como uma questão central no cenário político, agregando-se às forças católicas e evangélicas, os ultraliberais conservadores, entre outros atores sociais. A propagação da ofensiva contra a "ideologia de gênero", no Brasil, foi favorecida a partir de algumas condições políticas, como os debates sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) e os Planos Estaduais de Educação e os ataques às diretrizes pedagógicas sobre gênero e sexualidade, a partir de 2013.

Diante desse cenário, este artigo tem o objetivo de descrever e sistematizar os dados coletados³ durante a votação e de interpretar as ideologias e as demandas dos grupos de interesse sobre o Plano Estadual de Educação (PEE) de Pernambuco e a Emenda Modificativa (EM) nº 4/2015, buscando identificar os atores sociais envolvidos no processo de votação na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Alepe).

Para tanto, a metodologia de pesquisa se estrutura a partir da abordagem etnográfica, especificamente o trabalho de campo com observação participante e da análise de conteúdo. A utilização da etnografia de eventos contribui para compreender as relações entre os atores sociais na esfera política, como sugere Kuschnir:

Em muitos casos, essa compreensão é fundamental para percebermos que a política opera com valores da sociedade mais abrangente, tradicionalmente associados a outras esferas da vida social, como família e religião, mas considerados ilegítimos quando operados na esfera política. Isso não quer dizer, obviamente, que se queira justificar nem defender essas práticas - cumpre, antes de tudo, compreendê-las (Kuschnir, 2007, p. 163).

Nesse sentido, a observação do participante do processo de votação do PEE na Alepe possibilita compreender os atores, as práticas e os discursos que operacionalizam os valores das esferas privadas e do campo religioso sobre educação e direitos humanos, no âmbito do debate público brasileiro. Ressalta-se que, tanto no trabalho etnográfico quanto na análise de conteúdo, as autoras se deparam com os riscos e as possibilidades da interpretação de um fenômeno mais abrangente e em curso.

Inicialmente, será apresentado o debate sobre a “ideologia de gênero” para contextualizar o surgimento dos grupos antigênero e sua atuação transnacional. Além disso, serão analisados os principais discursos e as estratégias utilizadas para mobilização das políticas antigênero. Na segunda seção, a investigação sociopolítica e a escolha intencional do caso, politicamente importante, sobre a votação do PEE e a EM nº 4/2015 na Alepe têm o objetivo de explicitar as relações entre a política e a ideologia dos grupos de interesse e das deputadas e dos deputados através da observação participante, das anotações do diário de campo e da ata da reunião da votação. A análise de conteúdo dos panfletos e cartilhas distribuídos durante a votação e

³ Os dados deste trabalho foram coletados em 2015, durante o período de mobilidade acadêmica de uma das autoras na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no XIII Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e de Gênero (ENUDSG), na cidade de Goiânia em 2015.

encontrados, posteriormente, na internet visa categorizar e identificar termos que estabelecem relações com as crenças e demandas dos atores sociais envolvidos.

2 A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: PÂNICO MORAL E POLÍTICA DO MEDO

O discurso da “ideologia de gênero” foi, inicialmente, acionado na década de 1990 por atores do campo católico para unir oposições à agenda progressista sob um termo comum e resistir aos avanços no reconhecimento de direitos sexuais e reprodutivos, sobretudo a partir da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, a Conferência do Cairo, de 1994. De acordo com Moragas (2020), o discurso da “ideologia de gênero” tem, entre seus propósitos, criar um pânico moral, forjando o risco de ameaça latente para certos interesses ou valores sociais e instrumentar uma “política do medo”, apelando à noção de perda da inocência das crianças. Toda essa mobilização “antigênero” tem ocasionado a rejeição de políticas públicas educacionais, como aquelas baseadas em ações afirmativas e as que buscam a promoção do direito à educação sexual e à diversidade.

De acordo com Corrêa (2018), a política “antigênero” foi iniciada pelo Vaticano e seus aliados no contexto das conferências das Nações Unidas dos anos 1990, após o termo “gênero” ser incluído no debate político na Convenção do Cairo, de 1994, e na Conferência de Pequim, de 1995. A atuação da Igreja Católica contra o gênero tem caráter transnacional, articulando as altas esferas das arenas intergovernamentais e a elaboração teológica. Além disso, manifesta-se especialmente na América Latina, contexto marcado por um profundo legado colonial do catolicismo e pela expansão evangélica nos últimos 20 anos. No contexto latino-americano, o discurso da “ideologia de gênero” é acionado e difundido como resposta conservadora aos avanços nos direitos sexuais e reprodutivos e às transformações políticas, culturais e intelectuais do continente.

Segundo Bracke e Paternotte (2017), a mobilização contra as pautas de gênero não é exclusivamente religiosa, mas também, científica e política. Os movimentos que se organizam sob o conceito de “ideologia de gênero” partem dos trabalhos teológicos da Igreja Católica, utilizando de redes e de recursos da Igreja para emanar esse discurso e para construir e sustentar as mobilizações. Destacam-se, principalmente, a atuação e os trabalhos de três papas. Inicialmente, o papa Paulo VI apontou tendências perigosas de sua época por meio de encíclicas: *Humanae Vitae* (1968), contra os métodos contraceptivos; a *Persona Humana* (1975), contra a homossexualidade; e *Inter Insigniores* (1976), contra a ordenação de mulheres. Já Karol Wojtyła, o papa João Paulo II, elaborou a teoria da complementaridade e a *Teologia*

do Corpo e Mulieris Dignitatem (1988), também em resposta às demandas por direitos de movimentos de mulheres. Por fim, Joseph Ratzinger, o papa Bento XVI, apresentou o que considerava ser uma perspectiva da ecologia humana e antropologia, posicionando-se contra o feminismo, as novas tecnologias reprodutivas e os direitos LGBTQIAPN+⁴. Nesse sentido, a linguagem teológica e científica – esta última, a partir da seleção intencional de supostos elementos da biologia e das ciências sociais – são utilizadas para o mesmo argumento sobre a natureza, já que a doutrina social da Igreja Católica deslocou sua atenção das questões sociais para uma "antropologia teológica", ressaltando sua concepção sobre a natureza humana. Portanto, a “ideologia de gênero” apresenta uma distorção do conceito de gênero com o objetivo de: impressionar legisladores e formuladores de políticas; debilitar a legitimidade social das/dos oponentes; bem como tentar conferir ao discurso da “ideologia de gênero” o mesmo revestimento científico encontrado nas teorias de gênero⁵.

Essas formulações teóricas teológicas começaram a embasar diversos movimentos “antigênero” e seus repertórios de ação em escala mundial, impactando a institucionalidade e o debate público. É importante ressaltar que a complexidade do movimento não se reduz à Igreja Católica, mas tem uma ampla rede de apoio entre o crescente domínio dos evangélicos e, também, o apoio de secularistas conservadores, além de uma aliança em torno de um discurso neoliberal e a reivindicação por valores tradicionais e patrióticos (Corrêa; Paternotte; Kuthar, 2018). Esses atores podem ser enquadrados como o que Howard Becker denominou de “empreendedores morais” (1966), ou seja, indivíduos ou grupos que instrumentalizam medos e ansiedades sociais em torno de temas como gênero, sexualidade, raça e direitos de minorias, com o objetivo de obter ganhos políticos ou econômicos e direcionar o debate público. Esses agentes têm se aproveitado de estratégias de comunicação e das plataformas digitais para mobilizar seguidores e instaurar pânico moral em prol de valores conservadores.

Moragas (2020), ao analisar a atuação dos grupos “antigênero” na Assembleia Geral das Organizações dos Estados Americanos (OEA), identificou que esses atores rejeitam argumentos religiosos, articulam suas estratégias e ampliam seu alcance com o discurso “cientifizado”, através de uma alegada postura racional e objetiva. Nesse sentido, argumentos biológicos são

⁴ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não Binários e outros.

⁵ O conceito de gênero, mobilizado por pesquisadoras e pesquisadores feministas e da teoria *queer*, possibilita diferenciar sexo biológico e identificação. Ressaltam-se os trabalhos de Joan Scott e Judith Butler. Segundo Bracke e Paternotte (2017), o conceito encontra resistência na academia, já que as perspectivas neoliberais, positivistas e marxistas não incorporam essa dimensão sociológica em suas análises.

apresentados como absolutos: verdades derivadas da suposta natureza dos corpos, que indicariam a sexualidade voltada à reprodução como a única sexualidade “normal”. Todas as práticas e todos os sujeitos fora dessa matriz são caracterizados como “antinaturais”, “desviantes” ou “patológicos”, numa reatualização da hierarquia sexual da “pirâmide erótica”, vislumbrada por Gayle Rubin (2017). A partir desse revestimento de cientificidade, os empreendedores morais pretendem impor interpretações restritivas dos direitos humanos, ora negando a incorporação das questões de gênero e sexualidade nos tratados e convenções internacionais, ora deslegitimando a atuação de organismos nacionais e internacionais na defesa desses direitos, classificando como “ativismo judicial”, o que extrapolaria suas competências.

Essas organizações “antigênero”, heterogeneamente compostas por organizações da sociedade civil, católicos, evangélicos, mulheres e juventudes conservadoras, começaram a assistir, coordenadamente e em massa, a OEA em 2013, utilizando de um discurso ancorado na ciência com uma perspectiva regressiva e uma interpretação restritiva dos instrumentos internacionais de direitos humanos, além de resgatar a noção de direito natural, as “verdades biológicas” como absolutas e a articulação entre as agendas “antigênero” e antiaborto. Segundo Moragas (2020), esses atores defendem a família “cisheteronormativa”, ou “heteroprocridora”, e os valores religiosos, reivindicando a exclusão do Estado em questões como a educação para a sexualidade e a diversidade; reduzem o escopo dos direitos humanos à proteção total da vida intrauterina; consideram que os direitos LGBTQIAPN+ são “novos direitos” que não devem ter precedência sobre direitos “essenciais”, como acesso à água e à educação; colocam-se como os defensores “verdadeiros” da essência e dos direitos das mulheres, além de caracterizarem o aborto como “uma forma de violência contra as mulheres” e a violência doméstica como uma consequência do “embaçamento” dos papéis de gênero. Para mais, argumentam que leis e políticas de igualdade e de não discriminação constituem um ataque à liberdade religiosa e que políticas contra o discurso de ódio às mulheres e aos LGBTQIAPN+ violam a “liberdade de expressão”.

No Brasil, a propagação da ofensiva contra a “ideologia de gênero” foi favorecida por algumas condições políticas, como os debates sobre o PNE e os Planos Estaduais de Educação e os ataques às diretrizes pedagógicas sobre gênero e sexualidade, a partir de 2013. Nesse sentido, a próxima seção tem por objetivo descrever e sistematizar os dados coletados durante a votação e interpretar as ideologias e demandas dos grupos de interesse sobre o PEE de Pernambuco e a EM nº 04/2015, buscando identificar os atores sociais envolvidos no processo de votação na Alepe.

3 ESTUDO DE CASO: A VOTAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024 foi sancionado pela presidenta da República, Dilma Rousseff, no dia 25 de junho de 2014, pela Lei nº 13.005 (Brasil, 2014). No art. 8º, a referida legislação estabelece que “os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE, no prazo de um ano contado da publicação desta lei, ou seja, até 25 de junho de 2015”. O segundo parágrafo desse mesmo artigo determina que “os processos de elaboração e adequação dos planos de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, deverão ser realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil” (Brasil, 2014).

Durante a discussão do PNE no Congresso Nacional em 2014, através de um *lobby* mobilizado por religiosos, representados principalmente pelos deputados evangélicos, as menções sobre gênero foram suprimidas do texto final. Essas mobilizações religiosas contra as referências de gênero nos planos de educação repetiram-se em 2015 nas discussões estaduais e municipais (Bedinelli, 2015).

No estado de Pernambuco, o deputado estadual pastor Cleiton Collins (Partido Progressista), um dos oito representantes da bancada evangélica da Alepe, apresentou a EM nº 4/2015 para retirar qualquer referência aos termos “igualdade de gênero” e “orientação sexual” no PEE (Pernambuco, 2015a, 2015b), violando, inclusive, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) a respeito da obrigatoriedade das discussões sobre diversidade na educação.

A votação do PEE e da EM nº 4/2015 ocorreu no dia 17 de junho de 2015 e teve início às 14 horas. A plenária estava bastante cheia e havia policiamento no local. Durante as discussões e votação das deputadas e deputados, ocorreram diversas discussões entre as pessoas que estavam assistindo à plenária e foi possível identificar dois grupos de interesses: os religiosos (evangélicos e católicos), a favor da emenda e de ideologia conservadora e fundamentalista; e o outro grupo mais diverso, que era contra a emenda e de ideologia progressista (professoras e professores, militantes LGBTQIAPN+, organizações da sociedade civil e coletivos).

O grupo dos que se identificam como religiosos gritava “família” e segurava cartazes e papéis com frases, como “pai + mãe + filho = família”. Um homem de terno e gravata, possivelmente um pastor evangélico, disse a outro homem, que estava contra a emenda, que os avós dele

devem ter vergonha do jeito que ele se expressava, referindo-se a sua orientação sexual. Percebe-se na fala deste homem, além de uma postura conservadora e moralista, um preconceito e discriminação com relação ao outro. O grupo de interesse progressista, contra a emenda do pastor, gritava frases como “o Estado é laico” e a favor da pluralidade de formas das famílias. Distribuíram panfletos sobre a importância da diversidade sexual e de gênero nas escolas.

Entre os discursos das deputadas e deputados também é possível classificar posições mais à direita e outras à esquerda, considerando, respectivamente, os discursos conservadores e progressistas. Nas posições à esquerda estavam a deputada Teresa Leitão (Partido dos Trabalhadores) e o deputado Edilson Silva (Partido Socialismo e Liberdade). Em seu discurso, Teresa Leitão disse que os deputados estavam sendo irracionais e contrariando os estudos e as práticas pedagógicas, além de colocarem as questões privadas e religiosas acima de direitos e interesses da sociedade. Edilson Silva disse que boa parte das pessoas estão desinformadas sobre o plano de educação e leu um panfleto, entregue nos gabinetes das deputadas e deputados, que informava sobre as consequências da “ideologia de gênero” nas escolas – uma das consequências era o ensino de práticas sexuais às crianças, o que representa uma deturpação da finalidade e do conteúdo da educação sexual e para a diversidade. O deputado finalizou alertando sobre a violência contra casais e pessoas homossexuais e a importância de se explicar melhor sobre a emenda.

Um dos discursos com posições à direita foi o discurso do deputado Silvio Costa Filho (Partido Social Cristão), que disse nunca ter visto um ambiente tão constrangedor na plenária e que o PEE tinha que ser aprovado, independente das pressões. Contudo, o deputado achava bastante radical o PEE referir-se à questão da educação para travestis e transgênero. O outro discurso foi o do deputado Adalto Santos (Partido Socialista Brasileiro), que alegou que a discussão se tratava do clamor das ruas, dos evangélicos e católicos, e pediu que este clamor seja ouvido na votação.

3.1 Resultados e discussão

Durante a plenária foram entregues na plateia uma cartilha e um panfleto que apresentavam explicações distintas sobre a questão do gênero nas escolas. A cartilha com o título “Você já ouviu falar sobre a ‘Ideologia de Gênero’?” informava sobre os perigos dessa “ideologia” para a formação das crianças e para as famílias, já que essa “ideologia” diria que não existem as categorias “homem” e “mulher”. A cartilha também tinha o objetivo de mobilizar as pessoas

para comparecerem às câmaras e às assembleias para impedir a promoção da “ideologia de gênero” nas escolas, e finalizava informando a existência de organizações que querem destruir as famílias. Entre os termos principais contidos na cartilha estão: “perigo”, “risco”, “loucura”, “destruir” e “família”.

O panfleto “Por que é importante falar de diversidade sexual e gênero na escola?” informava que a educação é um “direito de todos e todas” e que nas “escolas que aprendemos a respeitar as diferenças” e a “formar cidadãs e cidadãos”; referia-se ao problema do *bullying* nas escolas; e finalizava mencionando a importância de um mundo sem preconceito. Os termos principais contidos no panfleto são: “garantir”, “transformar/melhorar o mundo”.

Com a votação, o PEE foi aprovado, bem como a EM nº 4/2015, que teve 11 votos contrários. Foram retiradas do plano as estratégias que faziam menção às questões de gênero e informavam o dever do Estado de ampliar e garantir políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção da saúde e dos direitos sociais e reprodutivos de jovens e adolescentes e prevenção de doenças; bem como a realização de censos específicos sobre temas como a situação educacional de travestis e transgêneros (Pernambuco, 2015c).

O grupo que se posicionava contra a emenda – professoras e professores, militantes LGBTQIAPN+, organizações da sociedade civil e coletivos – ressaltou a importância das questões de gênero, diversidade e orientação sexual nas escolas, fundamentando-se na promoção da justiça social, da cidadania e dos direitos humanos.

Observa-se que a compreensão das questões de gênero, sob a ótica do grupo de interesse religioso e dos deputados representantes da bancada evangélica e de posições à direita, estava embasada no conservadorismo, na defesa de valores religiosos e tradicionais, e no repúdio da igualdade de gênero e da diversidade sexual. Para Pierucci, “não deixam de ser demandas reais dos setores populares com estoque muito limitado de informações políticas, apreensão menos articulada dos fatos políticos e da política como política e que, por isso mesmo, não separam as esferas da política e da moralidade privada” (1989, p.107). Esse desconhecimento é capitalizado e tornado um projeto pelos empreendedores morais, sobretudo por lideranças políticas e religiosas, que fazem do ataque ao que chama de “ideologia de gênero” uma verdadeira cruzada de disseminação de valores fundamentalistas e neoliberais.

Segundo Gonçalves (2011), em sua pesquisa sobre a bancada evangélica, afirma que “este segmento religioso chegou à política para ficar” e que sustentam posicionamentos veementes “sobre temas como: pesquisas com células-tronco embrionárias humanas, aborto, homossexualismo [*sic*], consumo de bebidas alcoólicas e o tabagismo”.

Nos estudos sobre a presença evangélica na política brasileira na década de 1990, Fonseca chama atenção para o paradoxo da presença dos evangélicos na política, que, por um lado, fortalece a democracia com a inserção de grupos marginalizados nos processos políticos, mas, por outro lado, acarreta em barreiras para a consolidação da democracia a partir da “estrutura autoritária adotada em algumas das igrejas evangélicas, do conservadorismo moral existente entre os evangélicos e do hábito de demonizar o outro” (Fonseca, 2002).

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O termo e o discurso da “ideologia de gênero” configuram-se como uma estratégia discursiva para retomar e manter a ordens “cis-heteropatriarcal”, branca, racista, capitalista, colonial, classista e autoritária, que marcam a formação social e política brasileira. Nesse sentido, o vínculo entre o neoliberalismo e o conservadorismo apresenta-se como um tipo de “contrato/aliança” de dominação e controle.

É importante evidenciar que, mais que movimentos com pautas “antidireitos” e “antigênero”, a ação desses empreendedores morais estabelece uma aliança político-cultural entre o neointegrismo católico e fundamentalismo neopentecostal, dois movimentos que são funcionais para o modelo econômico neoliberal (Ramirez, 2020). O objetivo principal é tomar, por via do mecanismo eleitoral da democracia formal, o Estado e suas instituições para impor visões sociais e econômicas excludentes e recuperar privilégios, já que a religião teve, historicamente, um papel central na educação primária e secundária.

No caso do estado de Pernambuco, foram retiradas as menções de gênero e diversidade sexual do PEE sem considerar os altos índices de violência contra a mulher e a população LGBTQIAPN+, registrados no ano anterior da votação, e a importância da elaboração de políticas públicas para enfrentar esse problema (Waiselfisz, 2014). Contudo, apesar da remoção – e não proibição – das questões de gênero e diversidade sexual no PEE, as educadoras e os educadores ainda têm autonomia e embasamento legal, por exemplo, nas DCN, para discutir essas temáticas nas escolas, já que as relações de gênero e orientação sexual são intrínsecas à sociedade.

Nesse contexto, considera-se a necessidade de refletir sobre alguns setores da bancada evangélica e a utilização de práticas antidemocráticas, clientelistas e patrimonialistas para inserção de valores morais e religiosos no Poder Legislativo, em contraposição aos interesses públicos e à efetivação de direitos humanos, além de compreender os limites do papel do Legislativo para decidir sobre a gestão da educação e sobre questões de direitos humanos direcionadas às minorias.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Howard S. **Outsiders: studies in the sociology of deviance**. New York: Free Press, 1966.
- BEDINELLI, Talita. Católicos e evangélicos em cruzada contra a palavra gênero na educação. **El país**, 11 jun. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/11/politica/1434059650_940148.html. Acesso em: 27 jun. 2024.
- BRACKE, Sara; PATERNOTTE, David (ed.). **¡Habemus género! La Iglesia Católica y ideología de género: textos seleccionados**. Rio de Janeiro: Abia, 2017.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.
- BROWN, Wendy. The American nightmare: neoliberalism, neoconservatism and de-democratization. **Political Theory**, London, v. 34, n. 6, p. 690-714, Dec. 2006. Disponível em: <https://sxpoltics.org/wp-content/uploads/2018/05/Wendy-Brown-American-Nightmare.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- COOPER, Melinda. **Family values: between neoliberalism and new social conservatism**. New York: Zone Books, 2017.
- CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Revista Cadernos Pagu**, Campinas, v.53, e185301, 2018.
- CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. **Políticas antigênero en América Latina: Brasil – ¿La catástrofe perfecta?** Rio de Janeiro: Abia, 2019.
- CORRÊA, Sonia; PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. The globalization of anti-gender campaigns: transnational anti-gender movements in Europe and Latin America create unlikely alliances. **International Politics and Society**, Bruxelas, 2018. Disponível em: <https://www.ips-journal.eu/topics/democracy-and-society/the-globalisation-of-anti-gender-campaigns-2761/>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- CORRÊA; Sonia; PARKER, Richard. Prefácio. In: CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela **Políticas antigênero na América Latina**. Rio de Janeiro: ABIA, SPW, 2020.
- FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da. **Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil: um estudo sobre evangélicos na política (1998-2001)**. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- GONÇALVES, Rafael Bruno. **“Bancada evangélica?”: uma análise do discurso parlamentar evangélico durante a 52ª Legislatura da Câmara Federal**. 2011. 219 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.
- KUSCHNIR, Karina. Antropologia e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, São Paulo, jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092007000200014&script=sci_arttext. Acesso em: 7 jul. 2015.
- MORAGAS, Mirta. **Políticas antigênero en América Latina: el caso de la Organización de los Estados Americanos (OEA)**. Rio de Janeiro: Abia, 2020.

PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa. **Atas de Reunião**. Recife, 17 jun. 2015a.

PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa. **Emenda modificativa nº 4/2015**. Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 269/2015 do Poder Executivo. Recife, 2015b. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=A6D2BA2F864505F103257E6600718FC9>. Acesso em: 7 jul. 2015.

PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei Ordinária nº 269/2015**. Recife, 2015c.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, n. 11, p.104-132, 1989.

RAMIREZ, Gabriela Arguedas. 2020. **Políticas antigênero en América Latina** – “Ideología de género”, lo “postsecular”, el fundamentalismo neopentecostal y el neointegrismo católico: la vocación anti-democrática. Rio de Janeiro: Abia, 2020.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *In*: RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência: homicídios e juventude no Brasil: atualização 15 a 29 anos**. Mapa da violência 2014. Brasília, DF: Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional da Juventude; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2014. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_AtualizacaoHomicidios.pdf . Acesso em: 7 jul. 2020.